



ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CATÓLICA
CNPJ nº 25.335.803/0001-28
BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais -- Centavos Omitidos)

SANTA
ISABEL
SAÚDE

ATIVO	N.E.	2019	2018	PASSIVO	N.E.	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		27.990.506	25.373.002	PASSIVO CIRCULANTE		20.460.435	19.696.971
Disponível		1.573.682	372.640	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	7	3.671.218	2.875.593
Realizável		26.416.824	25.000.362	Provisão Prêmios / Contraprestações Não Ganhas - PPCNG	7(a)	498.719	491.740
Aplicações	3	3.029.530	2.894.088	Provisão Eventos / Sinistros Liquidar p/SUS	7(b)	1.186.560	114.714
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		1.538.000	2.521.025	Provisão Eventos / Sinistros Liquidar p/Outros Prest.Serv.Assist.	7(c)	1.076.510	1.345.594
Aplicações Livres		1.491.530	373.063	Provisão Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	7(d)	909.429	923.545
Créditos Operações c/Planos Assist. Saúde	4	1.710.213	1.712.359	Débitos Oper.Assist. Saúde Não Relacion. c/Planos Saúde Oper.		2.581.862	2.954.215
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		1.710.213	1.712.359	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		1.095.827	1.694.180
Créd.Oper. Assist. Saúde Não Relac.c/Planos Saúde OPS	4	10.511.066	11.063.222	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	8	8.349.580	8.147.937
Bens e Títulos a Receber	5	10.860.606	9.068.630	Débitos Diversos	9	4.761.948	4.025.046
Despesas Antecipadas		305.409	262.063				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.349.153	13.224.322	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		16.797.949	15.717.136
Realizável a Longo Prazo		424.682	1.127.529	Provisões	10	357.500	150.000
Aplicações Livres		22.361	19.181	Provisões para Ações Judiciais		357.500	150.000
Depósitos Judiciais e Fiscais		151.286	918.076	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		983.804	933.988
Outros Créditos a Receber de Longo Prazo		251.035	190.272	Parcelamento de Tributos e Contribuições		983.804	933.988
Investimentos		138.564	103.058	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	8	15.456.645	14.633.148
Outros Investimentos		138.564	103.058				
Imobilizado	6	10.768.010	11.972.875	PATRIMÔNIO SOCIAL	13	2.081.275	3.183.217
Imóveis de Uso Próprio		7.053.472	7.319.307	Patrimônio Social		2.272.839	2.272.839
Imóveis de Uso Próprio - Hosp. / Odont.		6.169.472	6.435.307	Reservas		991.172	991.172
Imóveis de Uso Próprio - Não Hosp. / Não Odont.		884.000	884.000	Reservas Patrimoniais		991.172	991.172
Imobilizado de Uso Próprio		3.608.901	4.573.489	Superávit / Déficit Acumulado		(1.182.736)	(80.794)
Bens Móveis - Hosp. / Odont.		3.608.901	4.570.748				
Bens Móveis - Não Hosp. / Não Odont.		0	2.741				
Imobilizações em Curso		72.457	40.440				
Outras Imobilizações - Hosp. / Odont.		33.180	39.639				
Intangível	6	17.897	20.860				
TOTAL DO ATIVO		39.339.659	38.597.324	TOTAL DO PASSIVO		39.339.659	38.597.324

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CATÓLICA
CNPJ nº 25.335.803/0001-28
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais – Centavos Omitidos)

SANTA
ISABEL
SAÚDE

	N.E	2019	2018
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		11.878.357	12.142.809
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		11.878.357	12.142.809
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		11.878.357	12.142.809
Eventos / Sinistros Indenizáveis Líquidos	2.I.(v)	(7.323.009)	(6.317.855)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(7.323.884)	(6.280.635)
Varição da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		875	(37.220)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		4.555.348	5.824.954
Outras Receitas Operacionais c/Planos de Assistência Saúde		2.103	3.338
Receitas Oper. Assist. Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora		53.280.871	49.823.730
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		7.101.719	6.086.926
Outras Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)		26.396.092	25.453.260
Outras Receitas Operacionais		19.783.060	18.283.544
Outras Despesas Operacionais com Planos Assistência Saúde		(200.427)	(3.305.657)
Outras Despesas Operacionais com Planos Assistência Saúde		(100.204)	(107.409)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(100.223)	(3.198.248)
Outras Desp.Operac.Não Relacionadas com Planos Saúde Operadora		(16.564.644)	(14.963.340)
RESULTADO BRUTO		41.073.251	37.383.025
Despesas de Comercialização		(65.565)	(70.951)
Despesas Administrativas		(40.406.393)	(36.393.329)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(1.703.235)	(3.766.486)
Receitas Financeiras		2.379.788	1.157.515
Despesas Financeiras		(4.083.023)	(4.924.001)
RESULTADO PATRIMONIAL		-	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(1.101.942)	(2.847.741)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.101.942)	(2.847.741)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CATÓLICA
CNPJ nº 25.335.803/0001-28
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais – Centavos Omitidos)

**SANTA
ISABEL**
SAÚDE

	Patrimônio Social	Reservas de Capital / Patrimoniais	Superávit/Deficits Acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.328.628	991.172	2.766.947	6.086.747
Cisão – Creche Casa do Guri	(55.789)		-	(55.789)
Déficit do exercício			(2.847.741)	(2.847.741)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.272.839	991.172	(80.794)	3.183.217
Déficit do exercício			(1.101.942)	(1.101.942)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2.272.839	991.172	(1.182.736)	2.081.275

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



	N.E	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Planos Saúde		17.601.311	18.081.086
(+) Resgate de Aplicações Financeiras		31.764.518	8.755.973
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras		365.116	203.483
(+) Outros Recebimentos Operacionais		53.724.032	55.862.180
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde		(23.007.590)	(25.097.321)
(-) Pagamento de Comissões		(65.565)	(70.951)
(-) Pagamento de Pessoal		(16.962.329)	(13.911.986)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros		(1.978.206)	(1.602.394)
(-) Pagamento de Outros Tributos		(19.965)	(22.296)
(-) Pagamento de Ações Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)		(290.282)	-
(-) Pagamento de Aluguel		(245.484)	(254.132)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade		(247.033)	(312.693)
(-) Aplicações Financeiras		(31.755.165)	(9.663.422)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(21.413.029)	(26.288.308)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	17	7.470.329	5.679.219
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento		61.726	240.202
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar		(642.600)	(825.093)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros		(77.251)	(3.587)
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento		(206.461)	(419.568)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		(864.586)	(1.008.046)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos		20.613.171	18.122.254
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing		(3.888.063)	(4.714.760)
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing		(21.849.509)	(18.842.083)
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento		(280.299)	(176.689)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		(5.404.700)	(5.611.278)
Aumento/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes a Caixa		1.201.043	(940.105)
CAIXA – Saldo Inicial		372.640	1.312.745
CAIXA - Saldo Final		1.573.683	372.640
Varição de Caixa de Equivalente de Caixa		1.201.043	(940.105)
Saldo de aplicações financeiras no início do período		745.703	1.313.343
Saldo de aplicações financeiras no início do período		3.065.212	745.703
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES		2.319.509	(567.640)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CATÓLICA é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, mantenedora do HOSPITAL SANTA ISABEL, com sede e foro na cidade de Ubá –MG, com prazo de duração indeterminado, e tem como objetivos sociais principais, prestar assistência social, odontológica, médica e hospitalar gratuita à comunidade, amparar a maternidade e a criança, distribuir gratuitamente aos necessitados alimentos, vestuários, agasalhos e medicamentos dentro das disponibilidades de seus recursos, colaborar para o desenvolvimento católico da região, e operar plano privado de assistência a saúde suplementar, mantendo todas as suas unidades com a finalidade de execução de seus objetivos, estando subordinada as diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, a qual compete, em cumprimento da Lei 9656/1988, regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência a saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. Está cadastrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sob o número 32.232-6, como Operadora do Plano de Saúde SANTA ISABEL SAÚDE.

A ASSOCIAÇÃO é regulada também pela Lei 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social.

A ASSOCIAÇÃO possui o CEBAS-Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, estabelecido na Lei nº 12.101/2009; Decreto nº 7.237/2010; Decreto nº 7.300/2010; Portaria MS nº 3.355/2010; Decreto 8.242/2014; Portaria 1.970/2011 e IN RFB 1.234/2012 e suas alterações posteriores. Possui também imunidade tributária por cumprir as exigências dos termos do artigo 9º, combinado com artigo 14º, da Lei nº 5.172/1966 – CTN.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/1976, e suas alterações; na Lei nº 9.656/1998, que regulamenta os planos privados de assistência à saúde; nas normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e nas orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base de Mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico e a escrituração contábil segue os critérios estabelecidos pela ITG 2002 R1 – Entidade sem Finalidade de Lucros, sendo apresentadas conforme demonstrado na Nota Explicativa 28.

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da ASSOCIAÇÃO. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

- Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa - Nota Explicativa 2.1.(d) e 2.1.(e)
- Provisões e contingências - Nota Explicativa 2.1.(q)

Autorização

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração e autorizadas para emissão em 29/04/2020.

Critérios Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas a seguir.

I. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela ASSOCIAÇÃO na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

(a) Caixa e Equivalente de Caixa

Inclui o caixa, os depósitos bancários, e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até 12 (doze) meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde

Nestas contas estão contabilizados valores a receber referente aos serviços prestados pelo plano de saúde SANTA ISABEL SAÚDE. O valor composto se refere aos planos em pré-pagamento e pós pagamento pessoa física e jurídica, e são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento, em

contrapartida à conta do Passivo “Provisão Para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas”, e posteriormente reconhecidas como resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde, conforme configurado na Nota 2.I.(u).

- (c) **Créditos de Operações com Assistência a Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora**
Nestas contas são contabilizados valores a receber referente aos serviços prestados pelo HOSPITAL SANTA ISABEL. Os valores são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento, em contrapartida à conta de resultado “Receitas Operacionais de Assistência a Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora” conforme disposto no CPC 30 – Receitas.
- (d) **PPSC - Provisão para Perdas sobre Créditos– SANTA ISABEL SAÚDE**
O montante constituído é decorrente da existência de perdas por inadimplência, decorrente dos serviços prestados pelo plano de saúde SANTA ISABEL SAÚDE. As Operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a PPSC de acordo com os seguintes critérios:
- Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, e havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada;
 - Para todos os demais planos, e havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (e) **PPSC - Provisão para Perdas sobre Créditos não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora**
O montante registrado nesta rubrica foi constituído levando-se em conta o histórico de recebimentos de cada cliente do HOSPITAL SANTA ISABEL.
- (f) **Estoques**
São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior aos custos de reposição ou valores de realização.
- (g) **Depósitos Judiciais**
Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da ASSOCIAÇÃO, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado.
- (h) **Investimentos**
Composto por participações minoritárias em outras empresas. Os valores são demonstrados ao valor de aquisição, acrescido das incorporações de sobras e/ou dividendos ocorridos.
- (i) **Imobilizado**
A ASSOCIAÇÃO utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, baseada na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados.
Os gastos com manutenção dos ativos da entidade são alocados diretamente ao resultado do exercício, conforme são devidamente realizados. O custo das principais renovações é acrescido ao valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a entidade. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil do ativo.
Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras Receitas e Despesas Operacionais” na Demonstração do Resultado.
- (j) **Redução ao Valor Recuperável de Ativos**
O imobilizado e outros ativos não circulantes são anualmente revistos para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda estimada, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.
- (k) **Intangível**
Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Fundação que geram benefícios econômicos futuros. São mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, reduzido da amortização calculada pelo método linear e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.
- (l) **Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes**
São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.
- (m) **Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde**
As provisões técnicas consubstanciadas na Nota 13 são constituídas em função das atividades do plano SANTA ISABEL SAÚDE, sendo calculadas de acordo com as regulamentações da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- (n) **Débitos de Operações de Assistência a Saúde não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora**
Correspondem aos valores líquidos a pagar referente aos serviços prestados por médicos, clínicas, laboratórios e hospitais, decorrente dos atendimentos a pacientes do HOSPITAL SANTA ISABEL. A provisão é contabilizada na data de emissão do documento que deu origem ao débito.

(o) **Fornecedores**

Trata-se de valores a pagar decorrentes das aquisições de bens e/ou serviços no curso normal das atividades.

(p) **Empréstimos**

Os empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

(q) **Passivos Contingentes**

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma saída provável de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, estando mesurados na Nota Explicativa nº10. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(r) **Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base “pro-rata” dia.

(s) **Gerenciamento de Riscos**

A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CATÓLICA está exposta aos riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros da entidade.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de um modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

(t) **Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente quando aplicável, e os de curto prazo são submetidos a esse ajuste quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa e contratuais.

(u) **Apuração do Resultado**

Por determinação da ANS são classificadas como “Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde”, as receitas do plano SANTA ISABEL SAÚDE, já deduzidas dos abatimentos, cancelamentos, restituições, registrados por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação e modalidade da cobertura.

As receitas com as contraprestações de operações de assistência à saúde são reconhecidas na demonstração de resultado pelo respectivo período de cobertura contratual, respeitando o princípio da competência. Nos casos em que a fatura é emitida em período anterior ao da cobertura contratual, o valor da fatura é registrado como “Provisão Para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas” no passivo circulante e reconhecido como receita quando da sua efetiva cobertura/competência.

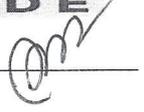
As receitas e despesas do HOSPITAL SANTA ISABEL são classificadas como “Receitas ou Despesas com Operações de Assistência a Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora”, sendo reconhecidas na demonstração de Superávit e Déficit observando-se o regime de competência.

(v) **Reconhecimento dos Eventos Indenizáveis**

Os valores registrados com eventos indenizáveis decorrem dos atendimentos a usuários do plano SANTA ISABEL SAÚDE sendo constituídos com base no valor dos avisos de seus médicos conveniados e das faturas apresentadas pela rede credenciada (Hospitais, clínicas, laboratórios etc.). Os eventos já ocorridos e dos quais o plano SANTA ISABEL SAÚDE ainda não tem conhecimento, ou seja, ainda não foram enviadas as respectivas faturas decorrentes dos atendimentos, são registrados mediante constituição da PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados, conforme evidenciado na Nota 7(d).

(w) **Destinação dos Resultados**

Todo o resultado com as atividades da ASSOCIAÇÃO é revertido no desenvolvimento de suas atividades, conforme definido em seu estatuto, sendo incorporado totalmente ao seu Patrimônio Social.



(x) **Novas Normas e Interpretações Ainda não Adotadas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2019 e serão aplicáveis quando referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. São elas:

CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2019, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

CPC 11 – Contratos de Seguros

O CPC 11 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 11 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade.

(y) **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada de acordo com o modelo padrão estabelecido pela ANS na RN 290 de 27 de fevereiro de 2012, e alterações posteriores e a conciliação do fluxo de caixa das atividades operacionais pelo Método Indireto é apresentada na Nota Explicativa nº 17.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
a) Aplicações Garantidoras de Provisões	1.538.000	2.521.025
b) Aplicações Livres	<u>1.491.530</u>	<u>373.063</u>
Total	3.029.530	2.894.088

a) Valor aplicado junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em fundo 100% dedicado a Saúde Suplementar, sob a custódia da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, em atendimento as determinações da RN_ANS 392 de 09/12/2015, que revogou a RN_ANS 159 de 03/07/2007 e oferecidos como garantia das provisões técnicas conforme Nota 7, estando registrados pelo valor histórico, acrescido dos respectivos rendimentos financeiros;

b) Representado basicamente por Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com retorno obtido através de taxa pós-fixada, registrados pelo valor histórico, acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

4. CRÉDITOS RELACIONADOS E NÃO RELACIONADOS COM PLANO DE SAÚDE

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Relacionados com o Plano de Saúde	<u>1.710.213</u>	<u>1.712.359</u>
Faturas a Receber - PJ	1.144.936	1.101.794
Mensalidades a Receber - PF	565.277	610.565
Não Relacionados com o Plano de Saúde	<u>10.511.066</u>	<u>11.063.222</u>
Contas a Receber	15.877.347	15.450.312
(-) Provisão para Créditos de Difícil Liquidação	<u>(5.366.281)</u>	<u>(4.387.090)</u>
TOTAL	<u>12.221.279</u>	<u>12.775.581</u>

5. BENS E TÍTULOS A RECEBER – CURTO PRAZO

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
a) Estoque	1.025.789	796.279
b) Adiantamentos a Funcionários	245.249	249.108
c) Adiantamento a Fornecedores	1.341	332.948
d) Títulos e Créditos a Receber	9.531.096	7.654.095
e) Outros Valores	<u>57.131</u>	<u>36.200</u>
	<u>10.860.606</u>	<u>9.068.630</u>

a) Valores de estoques de drogas, medicamentos e materiais hospitalares, materiais de limpeza e conservação, materiais de escritório e informática, materiais de SND e descartáveis e materiais de lavanderia e rouparia, estando registrados ao custo médio de aquisição e não superam os valores de mercado;

- d) Representado por verbas oriundas de emendas parlamentares individuais cadastradas, parte no CIB-SUS/MG e SES/MG e Orçamento da União, através do Ministério da Saúde. A administração entende que as verbas serão recebidas no exercício de 2020 para aplicação em custeio, promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. São convênios assinados e publicados no Diário Oficial da União.

6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Descrição	SALDOS EM 31/12/2019			SALDOS EM 31/12/2018	Taxas Deprec. / Amort.
	Custo Aquisição	Deprec. / Amort. Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
IMOBILIZADO	31.261.582	(20.493.572)	10.768.010	11.972.875	
Imóveis Hospitalares	10.219.630	(3.166.158)	7.053.472	7.319.307	
Imóveis de Uso	9.335.630	(3.166.158)	6.169.472	6.435.307	4,00%
Terrenos	884.000	-	884.000	884.000	
Bens Móveis Hospitalares	19.971.091	(16.305.646)	3.665.445	4.576.236	
Instalações	595.029	(468.758)	126.271	148.123	10,00%
Aparelhos Médicos-Cirúrgicos	15.496.574	(13.183.755)	2.312.819	2.888.343	10,00%
Móveis, Máquinas e Equipamentos	3.812.849	(2.619.674)	1.193.175	1.500.131	10,00%
Móveis e Utensílios	66.639	(33.459)	33.180	39.639	10 e 20%
Outros	1.070.861	(1.021.768)	49.093	77.332	
Veículos	147.781	(147.781)	-	2.742	20,00%
Sistema de Segurança	12.071	(10.663)	1.408	3.823	10,00%
Construções em Andamento	72.457	-	72.457	40.400	-
Equipamentos Proces. Eletrônico Dados - Hardware	838.552	(863.324)	(24.772)	30.367	20,00%
INTANGÍVEL	132.752	(114.855)	17.897	20.860	
Programas de Informática	132.752	(114.855)	17.897	20.860	20,00%
TOTAL IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	31.394.334	(20.608.427)	10.785.907	11.993.735	

De acordo com CPC 27 – Ativo Imobilizado e a ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e a Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 28, 37 e 43, a entidade decidiu não utilizar o custo atribuído pelo fato de entender que os valores contábeis registrados são condizentes com seus valores justos. Outro ponto abordado por esses normativos refere-se a revisão da taxa de depreciação dos ativos imobilizados. A entidade entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

7. PROVISÕES TÉCNICAS

Composto por:

Provisões	2019	2018
Provisão Prêmio/Contraprestação Não Ganha - PPCNG	(a) 498.719	491.740
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	(b) 1.186.560	114.714
Provisão de Eventos a Liquidar para o Outros Prestadores	(c) 1.076.510	1.345.594
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(d) 909.429	923.545
Total	3.671.218	2.875.593

- (a) Registro contábil do valor mensal cobrado pelo plano SANTA ISABEL SAÚDE para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito da Receita de Prêmios ou Contraprestações no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.
- (b) Provisão de valores devidos ao SUS, a título de ressarcimento pelos atendimentos efetuados a usuários dos planos de saúde do plano SANTA ISABEL SAÚDE, através de estabelecimentos de saúde da rede pública, reconhecidos de acordo com o relatório obtido no site da ANS. A RN 392/2015, e suas alterações posteriores, determinam que as GRU's emitidas e que ainda não foram pagas, devem estar cobertas por ativos vinculados a ANS. O plano SANTA ISABEL SAÚDE possuía o montante de R\$837.510 em 31/12/2019 e R\$000 em 31/12/2018, relativos a GRU's ainda não quitadas.
- (c) Provisão correspondente ao registro dos eventos conhecidos, porém ainda não pagos, constituída em conformidade com artigo 7º, da RN-ANS 393 de 09/12/2015 e legislações posteriores. A RN 392/2015, e suas alterações posteriores, determina que as Operadoras de pequeno e médio porte devem possuir ativos garantidores vinculados para a parcela dos

eventos que foram avisados a mais de 60 dias e que ainda não foram pagos. O plano SANTA ISABEL SAÚDE possuía valores relativos a eventos avisados a mais de 60 dias e ainda não quitados. R\$77.583 em 31/12/2019 e zero em 2018;

- (d) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) representa os eventos ocorridos, porém não avisados ao plano SANTA ISABEL SAÚDE, calculada de acordo com orientações contidas no artigo 11 da RN 393/2015.

Conforme regras estabelecidas pela RN ANS 159/2007 e alterações posteriores, as operadoras de planos de saúde e odontológicos devem possuir ativos garantidores suficientes para lastrear a totalidade das provisões técnicas reconhecidas na data do balanço, exceto a PPCNG, bem como deve vincular à ANS recursos suficientes para garantir o montante das provisões técnicas, deduzidas a PPCNG e a parcela dos eventos a liquidar referente às cobranças apresentadas pelos prestadores nos últimos 30/60 dias.

Na data base 31/12/2019, a entidade apresentou a seguinte situação em relação a necessidade de vínculo e lastro para suas Provisões Técnicas:

Necessidade de Vínculo:	555.500
Necessidade de Lastro:	1.980.418

Além dessas provisões, para operar no mercado de planos de saúde regulado pela ANS, as operadoras de planos de saúde devem manter o Patrimônio Líquido Ajustado para fins econômicos, conforme estabelecido na RN ANS 209/2009 e alterações posteriores. O Patrimônio Líquido Ajustado é calculado como Patrimônio Líquido menos ativos intangíveis não circulantes, créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, despesas de vendas diferidas e despesas antecipadas. Mensalmente, a entidade determina o Patrimônio Líquido Ajustado e avalia a suficiência de Margem de Solvência de acordo com a RN ANS 373/2015 e alterações posteriores.

Em 31/12/2019 a ASSOCIAÇÃO não atingiu suficiência desse requisito conforme apresentado a seguir:

Margem de Solvência exigida – MS:	1.771.156
Patrimônio com ajustes – PLA:	<u>1.759.207</u>
Insuficiência apurada	(11.949)

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composto por:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante:		
Instituições Financeiras	8.349.580	8.147.937
Não Circulante:		
Instituições Financeiras	<u>15.456.645</u>	<u>14.633.148</u>
TOTAL	<u>23.806.225</u>	<u>22.781.085</u>

Os encargos contratuais são os normais de mercado para a modalidade específica, e variam de 0,45% a 2,88% ao mês e 5,00% a 34,56% ao ano, com vencimento final previsto para 2026, sendo garantidos por aval dos diretores e/ou alienação fiduciária.

9. DÉBITOS DIVERSOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Obrigações com Pessoal	1.919.909	1.715.805
Fornecedores	<u>2.842.039</u>	<u>2.309.241</u>
	<u>4.761.948</u>	<u>4.025.046</u>

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A ASSOCIAÇÃO é parte envolvida em processos judiciais de natureza cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. De acordo com a expectativa do Corpo Jurídico da entidade, para as ações que seja PROVÁVEL de saída de recursos, foram constituídas provisões de contingências, representando o montante de R\$357.500 em 2019 e R\$150.000 em 2018.

Em 31/12/2019 a ASSOCIAÇÃO ainda possui em trâmite o montante de R\$751.370 (R\$3.509.428 em 2018), relacionados a processos administrativos e judiciais, cuja probabilidade de perda parcial é POSSÍVEL.

11. COBERTURA DE SEGUROS

A ASSOCIAÇÃO adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza de sua atividade.

12. ATIVIDADE ASSISTENCIAL

Em atendimento ao Decreto 7237/2010, Lei 12109/2009 e, conforme definição dada pela Portaria MS 312, de 30/04/2002, a ASSOCIAÇÃO oferta a prestação de todos os seus serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS no percentual mínimo de 60% de sua capacidade instalada, e comprova, anualmente, o mesmo percentual em internações realizadas, medida por paciente-dia.

13. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social é de R\$2.081.275 (R\$3.183.217 em 2018), sendo representado pelo saldo no início do exercício, computando-se as variações do corrente ano.

14. AJUSTE A VALOR PRESENTE

A Entidade não efetuou o ajuste a valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), conforme determina a Resolução 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07, pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A ASSOCIAÇÃO não adotou as instruções contidas na NBC TG 48, de 25/11/2016, que dispõe sobre instrumentos financeiros, pois sua Administração entendeu que tais instruções não representam efeitos relevantes.

16. SUBVENÇÕES E DOAÇÕES (RESOLUÇÃO CFC nº 1.305/10 – NBC TG 07)

A ASSOCIAÇÃO recebeu Subvenções do Governo do Estado de Minas Gerais, decorrentes de convênios firmados no montante de R\$711.764 (R\$1.164.467 em 2018).

17. CONCILIAÇÃO ENTRE O RESULTADO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades apresentada conforme orientações da Resolução Normativa 418/2016 da Agência Nacional de Saúde Suplementar e o Pronunciamento Técnico CPC 03.

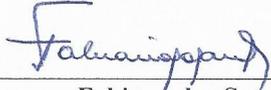
ATIVIDADES OPERACIONAIS	2019	2018
Superávit/Déficit (resultado líquido)	(1.101.942)	(2.847.741)
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa	6.056.884	10.213.820
Depreciação e amortização	2.194.668	2.338.452
Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC	100.223	3.198.248
Despesas de juros sobre financiamentos	3.761.993	4.624.394
Cisão - Creche casa do Guri	0	(55.790)
Baixas de imobilizado	0	108.516
(=) Resultado Líquido Ajustado	4.954.942	7.366.079
Variação das Aplicações	(138.622)	111.209
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	983.025	489.285
Aplicações livres	(1.121.647)	(378.076)
Variação Créditos de Oper. Planos Assist. Saúde	493.539	(1.983.745)
Contraprestação pecuniária a receber	2.146	93.172
Operadoras de planos de assistência a saúde	552.156	(1.942.620)
Outros créditos de operações com planos assistência a saúde	(60.763)	(134.297)
Outras Variações de Ativos e Passivos	2.160.470	185.676
(Aumento) ou diminuição de bens e títulos a receber	607.805	278.483
(Aumento) ou diminuição de despesas antecipadas	(43.346)	(162.125)
(Aumento) ou diminuição de depósitos judiciais e fiscais	766.790	225
(Aumento) ou diminuição de Prov. Técnicas Oper. Assist. Saúde	795.626	(564.668)
(Aumento) ou diminuição de Débitos Oper. Assist. Saúde	(372.353)	(161.797)
(Aumento) ou diminuição de Provião para Contingências	207.500	60.000
(Aumento) ou diminuição de Tributos e Encargos Sociais a Recolher	(548.537)	616.806
(Aumento) ou diminuição de Débitos Diversos	746.985	118.752
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	7.470.329	5.679.219

18. EFEITOS PANDEMIA CORONAVIRUS

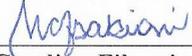
Em atendimento ao CPC 24 - Evento Subsequente, a Administração da ASSOCIAÇÃO salienta que ainda não foi possível identificar com segurança alterações significativas em suas operações, que possam estar relacionadas a um reflexo da pandemia do CORONAVIRUS. Desta forma, neste momento não é possível estimar quais os riscos e incertezas aos quais a

ASSOCIAÇÃO estará exposta no curto prazo, devido aos impactos ainda imensuráveis nos negócios da Entidade, para seus usuários e fornecedores. Contudo, a ASSOCIAÇÃO não descarta que os impactos na economia e mercado em geral decorrentes da pandemia do CORONAVIRUS podem afetar adversamente suas operações.

Ubá/MG, 31 de dezembro de 2019.



Fabiano dos Santos
Diretor Presidente



Marcia Candian Filgueiras Sabioni
Técnico Contábil – CRC-MG 48.401

PROTOCOLO Nº 31748 - Registro nº 16891 Livro B176 - Folha - Data 10/08/2020 Cotação: Emol R\$ 2.408,70 - TFJ R\$ 801,57 - Recomepe R\$ 144,50 - Valor Final R\$ 3.354,77 - ISS: R\$ 72,33 - Códigos 5201-9 (1), 5202-7 (1), 5547-5 (1), 8101-8 (15) Glauca Gravina Nóbrega Ribeiro - Escrevente	
PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA UBA CARTORIO DE REGISTRO TITULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS de Ubá - MG SELO DE CONSULTA: DFT46693 CÓDIGO DE SEGURANÇA: 6004.6357.8423.8345	
Quantidade de atos praticados: 18 Ato(s) praticado(s) por: Glauca Gravina Nóbrega Ribeiro - Escrevente Emol.: R\$ 2.553,20 - TFJ: R\$ 801,57 Valor Final: R\$ 3.354,77 - ISS: R\$ 72,33 Consulte a validade deste Selo no site: https://selos.tjmg.jus.br	

